

PT

BOLETIM NACIONAL

Apoiado pela Rede Globo, que se transformou no diário oficial do governo, o presidente Collor, com o mesmo estilo autoritário e demagógico de sua campanha eleitoral, vende à opinião pública sua mentira predileta: quem perde com seu pacote são as elites, os capitalistas e ricos do Brasil. Critica as multinacionais, ameaça as empresas com devassa da Receita Federal e chantageia o Congresso Nacional, pressionando-o a aprovar seu pacote sem emendas ou modificações.

Na verdade, o plano é recessivo, provocará arrocho e desemprego. Os exportadores, as multinacionais e os grandes grupos econômicos são os principais beneficiados pela imensa liquidez que possuem. Com 30 bilhões de dólares no exterior, poderão comprar estatais, desnacionalizando ainda mais nossa economia, concentrando mais a riqueza e o poder.

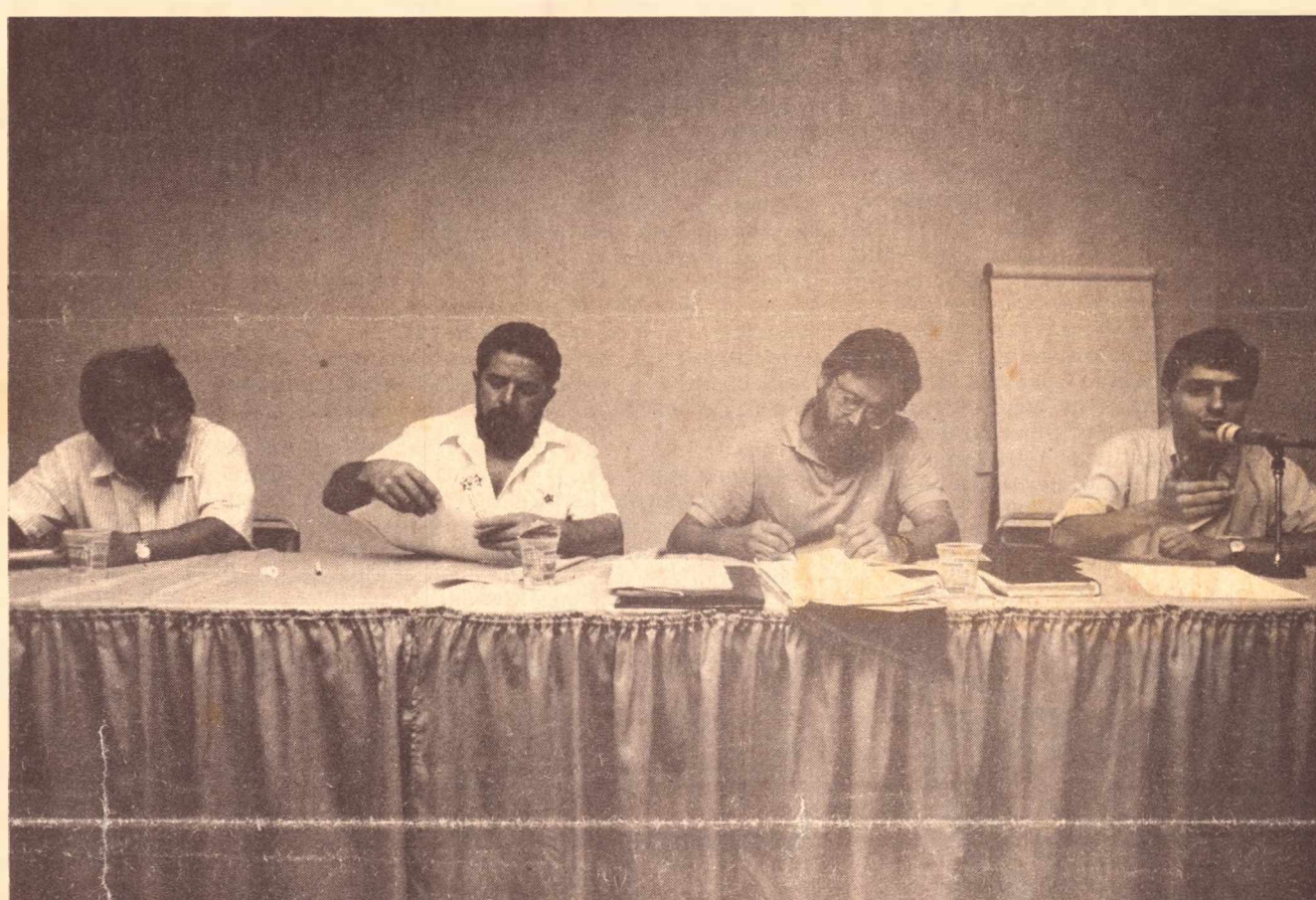
É preciso desmascarar o estilo Collor. Da mesma forma que deu o calote na população e confiscou salários, não fará nenhuma devassa. Se sabe que as empresas sonégam, deveria puni-las logo e não ficar esperando que demitam antes centenas de milhares de trabalhadores.

Quando Collor diz que não negociará seu plano com o Congresso, na verdade ele sinaliza que só negociará com a direita, que já lhe garantiu maioria. Seu autoritarismo pode ser o caminho para a ditadura. Hoje, propõe medidas inconstitucionais contra a inflação; amanhã, pode ser contra a imprensa, o Congresso e os sindicatos.

Nesta edição especial do *Boletim Nacional*, a direção do PT analisa e denuncia os planos de Collor.

Além disso, apresenta as alternativas que o PT vai defender nas ruas, nos locais de trabalho e no Congresso Nacional.

PACOTE BENEFICIA EXPORTADORES, MULTINACIONAIS E GRANDES GRUPOS ECONÔMICOS



Executiva Nacional do PT discute o Plano Collor, no Hotel Danúbio em São Paulo

- ★ O plano promove o confisco salarial, abre a possibilidade de uma ainda mais dependente internacionalização da economia brasileira e permite uma privatização indiscriminada de empresas públicas — o que não passa da entrega do patrimônio público ao capital estrangeiro e aos grandes grupos econômicos.
- ★ A reforma tributária — que eleva e cria impostos sobre ativos financeiros, grandes fortunas e renda agrícola — revela limitações e insuficiência ao não atingir outras formas de patrimônio especulativo, especialmente a grande propriedade rural improdutiva.
- ★ A reforma patrimonial concedeu ao Executivo carta branca para a alienação dos bens da União. Além disso, a medida se dá num momento em que deve cair o preço dos imóveis, o que causará grandes perdas à União e favorecerá poucos privilegiados detentores de liquidez neste momento.
- ★ Para baixar o pacote, o presidente Collor vale-se de projetos de lei, decretos e medidas provisórias que violam direitos constitucionais.

Desemprego, confisco salarial, desnacionalização...

A marca inicial do pacote econômico do governo é seu caráter autoritário, demagógico, ocultado pela avassaladora propaganda que o precedeu e pela vergonhosa submissão dos meios de comunicação de massas aos objetivos políticos do presidente. Omissão diante do agravamento da crise e do aumento acelerado da inflação durante o final do governo Sarney, o presidente Collor vale-se agora de projetos de lei, decretos e medidas provisórias que violam direitos constitucionais para realizar um ajuste econômico.

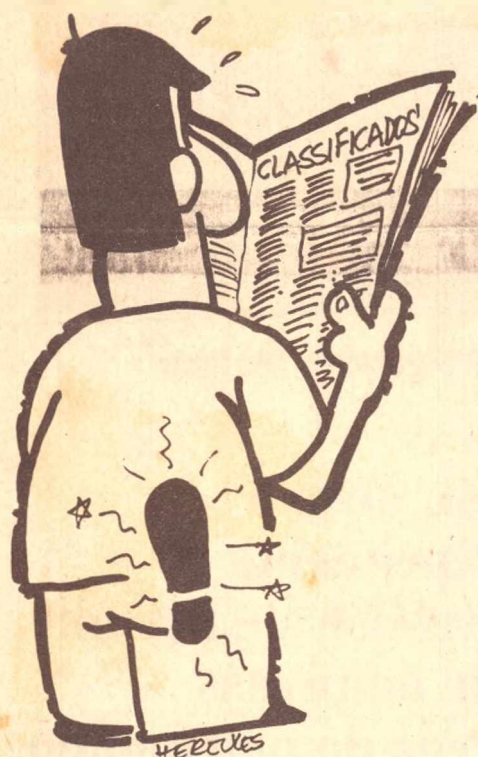
Precedido pelo vazamento de informações para grandes grupos econômicos — o que lhes permitiu transferir recursos para o exterior e para poupança —, o pacote econômico beneficia os exportadores, as multinacionais e os grandes grupos econômicos, ao mesmo tempo em que afeta os trabalhadores, os pequenos poupadores e os pequenos e micro-empresários.

Com este plano, ao qual o Partido dos Trabalhadores se opõe, o governo Collor, embora tente passar a idéia de que impõe sacrifícios iguais a todos para tirar o país do desastre, na verdade discrimina e pune os mais desfavorecidos, ao jogar a economia num risco iminente de recessão, com suas consequências conhecidas de desemprego, desabastecimento, desorganização da produção e crise social. De imediato, o plano promove o confisco salarial, abre a possibilidade de uma ainda mais dependente internacionalização da economia brasileira e permite uma privatização indiscriminada das empresas públicas — o que não passa da entrega do patrimônio público ao capital estrangeiro e aos grandes grupos econômicos.

O sentido geral do plano mantém o modelo exportador e condiciona o comportamento da economia brasileira à orientação do FMI para a continuidade do pagamento da dívida externa — o que pode inviabilizar qualquer tentativa de estabilização econômica e de combate efetivo à inflação.

A CLASSE TRABALHADORA E O AJUSTE ECONÔMICO

O Partido dos Trabalhadores cobra de público as promessas do presidente Collor sobre a política salarial: garantia de discussão e participação dos trabalhadores e não alteração da política salarial para o salário mínimo. Mais uma vez, um pacote econômico do governo prejudica os trabalhadores, fazendo desaparecer um mês de inflação e pré-fixando salários sem garantia de reposição dos resíduos decorrentes de diferenças entre inflação pré-fixada e inflação efetiva. A política do salário mínimo foi alterada para pior: no lugar de aumento real mensal de 3%, um aumento trimestral de 5%. É o mesmo discurso dos Planos Cruzado, Bresser e Verão, que prometiam repor num futuro incerto as inegáveis perdas salariais do passado e do presente.



Tão grave quanto o arrocho salarial é a ameaça de desemprego sem qualquer garantia de estabilidade, de aviso prévio maior, de acesso mais fácil e amplo ao seguro desemprego e sem garantia de uma cesta básica, ao contrário do que o governo fez propalar antes da posse.

Diante da situação criada pelo pacote, o PT propõe as seguintes medidas alternativas:

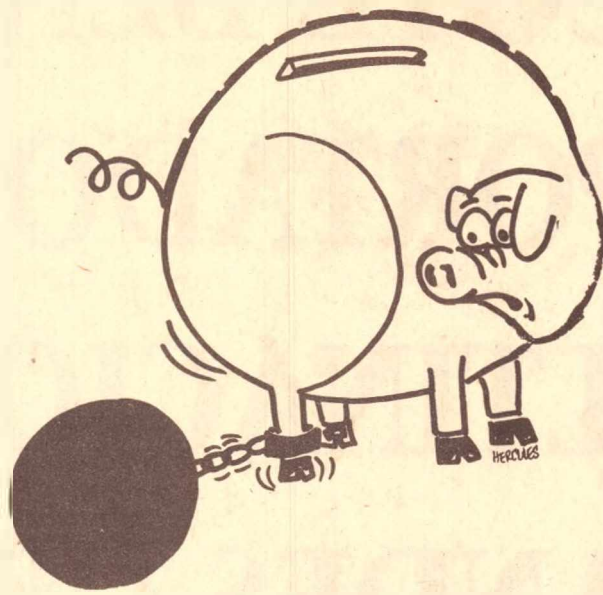
1. — Estabilidade no emprego pelo prazo de 180 dias;
2. — Garantia de financiamento para o programa de seguro-desemprego e ampliação do acesso a esse direito;
3. — Participação das centrais sindicais na alteração da política salarial, incorporando no salário do mês a diferença entre a pré-fixação e a inflação, garantindo-se, desde já, a inclusão da inflação de março nos salários;
4. — Manutenção da atual política de salário mínimo fixada pelo Congresso Nacional.

O CONGELAMENTO DE PREÇOS

O congelamento dos preços fixado pelo pacote do governo, retroativo a 12 de março, é uma farsa porque as empresas já vinham remarcando suas mercadorias bem acima dos limites de margem, defendendo-se, assim, previamente, de qualquer medida governamental que afetasse seus lucros. Mas, diante do congelamento decretado (que não é geral), cabe agora exigir que a fiscalização não se limite à Sunab e autoridades policiais, mas sim que seja estendida à ação dos trabalhadores, com possibilidade de livre acesso à contabilidade das empresas.

O PT propõe as seguintes medidas alternativas:

1. — Acesso da representação sindical às planilhas de custos e à contabilidade das empresas;
2. — Impressão, nas embalagens dos produtos manufaturados, de seus preços máximos;
3. — Participação das entidades sindicais nas câmaras setoriais de pré-fixação de preços.



A REFORMA MONETÁRIA

O bloqueio do excesso da riqueza financeira constitui condição necessária e indispensável para quebrar a "circularidade financeira" e recuperar a capacidade de fazer política econômica, pré-requisitos essenciais para debelar o processo inflacionário. Mas a violência do ajuste imposto no mercado financeiro ameaça o país com o risco de uma recessão prolongada, promovendo uma concentração e desnacionalização da economia, com repercussões irreversíveis sobre o parque industrial e o desenvolvimento econômico.

A reforma monetária anunciada pelo governo estabelece regras homogêneas para todos os detentores de riqueza, e com isso impõe um impacto extremamente regressivo e injusto sobre os grupos econômicos e sociais. Ela não faz diferença entre a riqueza das famílias ricas e famílias pobres; desconsidera casos especiais de pessoas que utilizam sua renda financeira como meio de sobrevivência; não estabelece distinção entre grandes e pequenas empresas, entre setores essenciais e não essenciais e entre os diferentes tipos de atividades econômicas. A falta de critérios diferenciados para tratar a liberação dos recursos presos no mercado financeiro favorece o grande capital, os setores com menor demanda de capital de giro, os grupos econômicos que fizeram fuga de capital e os setores financeiramente mais fortes.

No plano Collor ganham os ricos e os fortes, em prejuízo dos setores mais pobres e frágeis da sociedade. É inaceitável o tratamento que o pacote dá ao capital estrangeiro, que continua tendo livre acesso à liquidez internacional, o que fortalece de maneira desproporcional seu poder de concorrência e estimula o processo de desnacionalização da economia brasileira.

O PT propõe as seguintes medidas alternativas:

1. — Estabelecer critérios de seletividade para a liberação dos recursos financeiros bloqueados, de acordo com os parâmetros abaixo:

Pessoas físicas

- a) Para as pessoas que têm a poupança financeira como única fonte de renda, autorizar saques mensais até o limite da média mensal dos saques efetuados nos últimos 12 meses (em BTN), respeitado o teto de 15 salários mínimos mensais;
- b) Liberação para compra de casa própria, dentro das regras do Sistema Financeiro de Habitação, para os que não tenham outro imóvel;
- c) Liberação de recursos para gastos com saúde e educação, com o devido comprovante legal;
- d) Liberação de saques mensais pelos desempregados, após 15 de março, até 80% do último salário (em BTN).

Pessoas jurídicas

A liberação de recursos deve atender às seguintes características:

- a) A essencialidade do setor econômico: bens de consumo de massa, tecnologia de ponta e agricultura;
- b) Porte de empresa: pequenas e médias;
- c) Necessidade de capital de giro: a base para a liberação deve levar em conta pagamentos de IPI e ICMS do ano anterior, descontada a liquidez já liberada;
- d) Investimentos: continuidade dos investimentos em andamento; condições diferenciadas para inversões estratégicas que estejam em consonância com a política industrial, social e agrícola do país;



2. A conversão em cruzeiros dos recursos externos das empresas multinacionais e das empresas nacionais deve obedecer a critérios de restrição e seletividade, compatíveis com os interesses do país e do desenvolvimento nacional.

O AJUSTE FISCAL

A reforma tributária eleva e cria impostos sobre ativos financeiros, grandes fortunas e a renda agrícola, bem como elimina os títulos ao portador e passa a tributar a estimativa de renda futura. Mas, ao não atingir outras formas de patrimônio especulativo, especialmente a grande propriedade rural improdutiva, revela limitações e insuficiências.

O aumento das tarifas públicas, ainda que com o objetivo de recompor a capacidade das empresas públicas, não deve sacrificar o poder de compra dos assalariados, nem constituir-se apenas num instrumento para o incremento de sua rentabilidade, visando a sua privatização.

Além do fato de centralizar no governo federal o aumento da arrecadação tributária, e consequentemente ferindo os princípios básicos da reforma tributária definida pela Constituição. Os recursos do aumento do IOF ficarão na União, enquanto que o processo recessivo tende a comprometer a arrecadação do ICM e IPI que é a base de arrecadação dos Estados e Municípios.

O PT propõe a seguinte medida alternativa:

Tributação da propriedade imobiliária especulativa, especialmente dos imóveis rurais improdutivos, através da aplicação progressiva e efetiva do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, visando a formação de fundos para o financiamento da habitação popular urbana e da reforma agrária.

REFORMA PATRIMONIAL E ADMINISTRATIVA

A reforma patrimonial concedeu ao Executivo carta branca para a alienação dos bens da União, sem quaisquer critérios para a seleção dos bens alienados ou seleção dos compradores. Além disso, essa medida se dá num momento em que deve cair o preço dos imóveis, o que causará grande perda para União e favorecerá os poucos e privilegiados detentores de liquidez neste momento.

Igualmente, a reforma administrativa é feita sem a discussão de critérios. Os servidores públicos foram escolhidos como bodes expiatórios, como se fossem eles os grandes responsáveis pela desorganização do aparelho estatal.

O PT é favorável à reorganização do Estado, mas com ampla discussão e com uma definição clara dos critérios sobre a política a ser adotada em relação aos servidores públicos. O PT acha inadmissível atribuir aos funcionários públicos e das estatais a culpa pela crise do Estado, quando o próprio plano econômico e o governo Collor reconhecem que os juros da dívida pública interna e da dívida externa são os principais responsáveis pela falência do Estado.

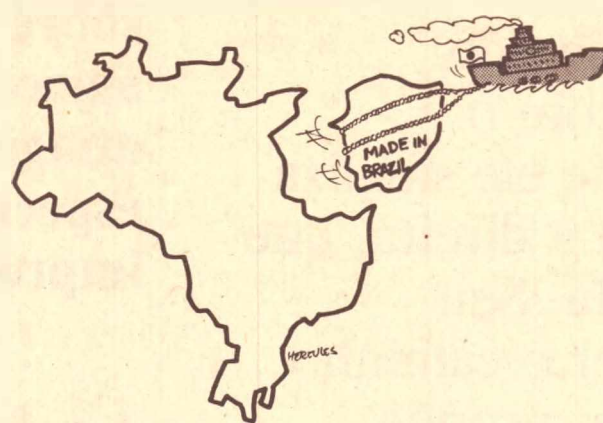
O PT propõe as seguintes medidas alternativas:

1. Definição, através de lei, de diretrizes gerais para a reforma patrimonial e administrativa do Estado;
2. Estabelecimento de critérios seletivos para as diversas questões relacionadas com a reforma administrativa e patrimonial, sobretudo quanto à política de emprego dos servidores públicos;
3. Transformação das medidas relativas à alienação de bens da União em projeto de lei.

PRIVATIZAÇÃO E DÍVIDA EXTERNA

O PT rejeita com veemência a visão que permeia o discurso e a ação do novo governo a respeito da privatização. O PT não aceita a concessão de uma carta branca ao Executivo para a realização das privatizações, nem que elas se façam como verdadeiras doações ao capital estrangeiro ou a grandes grupos empresariais do país. Todo e qualquer processo de privatização deve ser feito no bojo de um projeto de política industrial e de definição da intervenção do Estado na economia.

É necessário que haja um ampla discussão com a sociedade a respeito da definição do papel do Estado, dos setores a serem privatizados e daqueles a serem mantidos sob controle estatal.



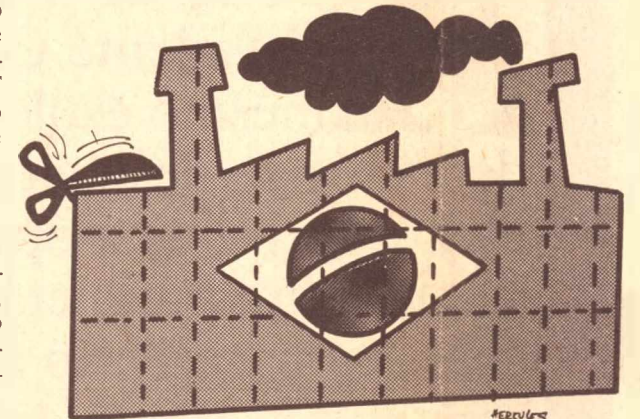
Os credores externos não foram tocados pelas medidas. Mais do que isto a liberação do câmbio, uma das exigências das políticas de ajuste imposta pelo FMI, poderá trazer graves problemas para a economia brasileira, incluindo a dolarização de parte da dívida pública e facilitando a transferência de capital para o exterior. As empresas multinacionais, os exportadores estão totalmente isentos de aperto de liquidez imposto pelo pacote, e poderão promover um violento processo de concentração, privatização do patrimônio público e internacionalização do capital, em um contexto de recessão e fragilização de parte das empresas expostas ao aperto de liquidez. Teríamos assim a reconstituição das bases do modelo de acumulação de capital baseado na concentração de riquezas, do poder e na ampliação da miséria imposta a amplas parcelas da população.

O PT propõe as seguintes medidas alternativas:

1. Criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, constituído com parte do superávit do Governo Federal e balanço comercial do País, para financiar investimento em infra-estrutura e nas áreas de educação, saúde, habitação, transporte, abastecimento, emprego e saneamento básico;

2. Rejeição da medida que cria o Programa Nacional de Desestatização e que extingue empresas estatais; instituição de uma Lei de Diretrizes do setor público estatal, que seja coerente com a política industrial a ser estabelecida, e votação anual de uma Lei de Privatizações, definindo empresas e critérios;

3. Quanto à dívida externa, o PT reafirma sua posição contrária ao pagamento, propondo a suspensão seguida de auditoria, com todas as medidas correlatas previstas no nosso Programa de Ação de Governo.

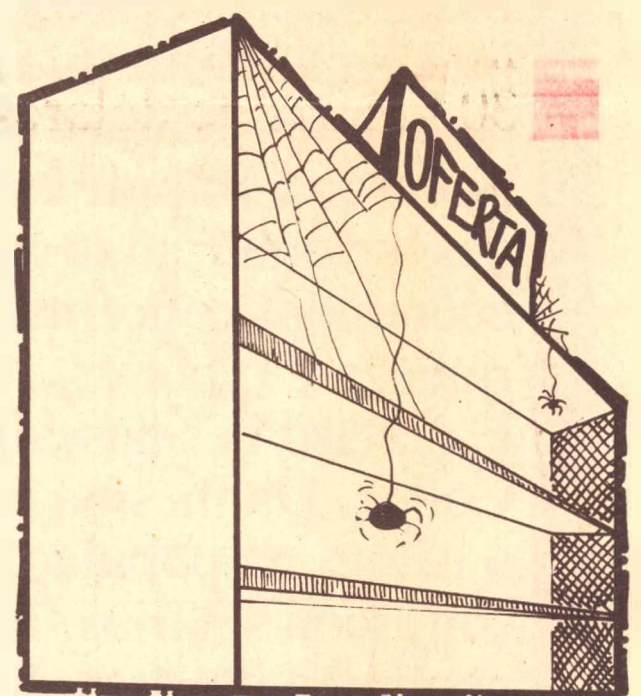


REFORMA AGRÁRIA

O pacote do governo, ao não instituir qualquer tipo de taxaço para as terras improdutivas, favorece os interesses de latifundiários e de grandes proprietários de terras ociosas. Sem atacar essa forma de riqueza imobilizada e concentrada nas mãos de poucos, o governo Collor não apenas dificulta a reforma agrária, como também abre uma rota de fuga segura para os capitais especulativos.

O PT propõe as seguintes medidas alternativas:

1. Instituição de um Programa Nacional de Reforma Agrária com recursos públicos e com verbas provenientes de parte das cotas bloqueadas no Banco Central;
2. Estabelecimento de uma política agrícola que priorize a produção de alimentos e de matérias-primas essenciais para a fabricação de bens de consumo popular.



DESENVOLVIMENTO COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Desprezando a opinião pública e sem negociar com os diferentes setores da sociedade civil, o presidente da República baixa o seu pacote atentando, em alguns casos contra a ordem jurídica e a Constituição. O presidente Collor rompeu, inclusive, com promessas de campanha, ao mexer, por exemplo, nas cadernetas de poupança e na política salarial.

O PT se oporá, de forma vigorosa, no Congresso Nacional, às medidas que ferem a Constituição. E igualmente se baterá contra os interesses do poder econômico que, a pretexto de defender a lei, na verdade procura manter seus privilégios, parcialmente afetados por algumas medidas.

O PT não permitirá que, em nome do combate à hiperinflação, o governo lance mão de medidas ilegais, para que, amanhã, sob outras justificativas e interesses, venha a violar os direitos individuais e coletivos e as liberdades políticas.

O PT não admite que o combate à inflação tenha como única via o caminho da recessão. Para o PT, sem uma política democrática para enfrentar a inflação e a crise econômica, que ataque causas estruturais, o país não atingirá um estágio de desenvolvimento com distribuição de renda — o que deve ser a meta de uma política econômica democrática.

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores conclama seus militantes, simpatizantes e todas as forças democráticas e populares para que se mobilizem no Congresso e nos movimentos sociais em defesa das propostas alternativas aqui apresentadas.

São Paulo, 19 de março de 1990.

Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores

PT BOLETIM NACIONAL

Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. Onze de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo SP
Fone: (011) 575-2299

Secretário de Comunicação: Rui Falcão
Edição: Celso Horta
Secret. de Redação: Marisa Lourenço
Diagramação: Messias Bastos da Silva

Ilustração: Hércules
Produção e Impressão:
Cia Editora Jorues
Composição, Past-up e Fotolito: PAZ Fone: 221-7590